

NOTA SOBRE O DOCUMENTO “Carta do Comitê Gestor” - versão de 25 de dezembro

**João Batista Araujo e Oliveira -
Parte 1 - 16 de dezembro de 2016**

Introdução

Acho que o MEC NÃO DEVE publicar o documento no estágio que ele está pelas seguintes razões principais:

- O documento enfraquece a função da escola, ao colocar no mesmo plano os aspectos cognitivos com os demais. Ao contrário de Hanna Arendt, o MEC tira o “brilho da escola”.
- O documento coloca as disciplinas – forma organizada de abordar os conhecimentos – como algo secundário. A palavra aparece no documento apenas uma vez, e mesma assim no sentido negativo.
- O documento prioriza a consciência crítica em claro detrimento da apropriação do conhecimento, como se uma coisa fosse possível sem a outra.
- O documento reproduz uma linguagem pedagógica própria do Brasil, mas que não reflete (1) a linguagem usual em documentos desta natureza (2) a linguagem própria do discurso pedagógico convencional no mundo. Ao contrário, o MEC legitima uma linguagem que está associada a uma ideologia clara sobre educação e ao retumbante fracasso da pedagogia brasileira. É estranha a linguagem que fala em direitos mas não fala em deveres, e é incorreto colocar o currículo como um direito, e não um dever do cidadão para com a sociedade: a educação permite ao cidadão recuperar a tradição (tradere, trazer para o presente), e o cidadão deve se preparar para contribuir produtivamente para a sociedade. Ir à escola, aprender e estudar é dever, não é (só) direito.
- Falta clareza conceitual: a única palavra definida é a palavra “competência”, e mesmo assim no final do documento. Não há uma definição do que seja currículo, base curricular, diferença entre as duas. E o jargão dos direitos, da interdisciplinaridade, competências, áreas, etc. levanta muita poeira e traz pouca utilidade.
- No documento inexistem as palavras estrutura e sequência – pilares fundamentais em qualquer discussão de currículo.
- No quadro final – que, se estivesse correto, deveria ser o objeto da explicação do documento – fica patente que as disciplinas não têm espaço, e que a definição da Base partirá de temas. Ora, a aprendizagem que permite transferência é a aprendizagem conceitual, de princípios mais gerais. O contexto é apenas um elemento de motivação – ele, e a interdisciplinariedade – têm a ver com proposta pedagógica, não com currículo.
- A mensagem é ambígua – não é claro o que é Base, o que é currículo e o que caberá às redes e escolas fazer.
- A definição do que fazer em cada área não estabelece uma ligação entre as mesmas. Apenas para ilustrar, no caso da educação infantil:

- A linguagem e os exemplos usados são inadequados, seria mais apropriado usar os termos convencionais do desenvolvimento infantil (pessoal/social, cognitivo, linguagem, físico-motor, etc.)
- Uma vez que a educação infantil está formalizada, especialmente na Pré-escola, é essencial que seu currículo habilite as crianças para enfrentar os desafios do ensino fundamental – uma tarefa fundamental da pré-escola é promover a prontidão escolar (coisas como consciência fonológica, familiaridade com a escrita, etc.).
- O mesmo deveria ser estabelecido em relação aos demais níveis.
- Finalmente: o documento repete a infeliz divisão das “áreas” em linguagens, matemática, etc – . Seria uma perda de oportunidade não rever esses conceitos e adotar outros mais adequados, consistentes e defensáveis. Usar como critério a existência de leis, decretos e “conquistas históricas da classe” para manter essas definições é empobrecer o papel do currículo e constitui uma irreparável perda de oportunidade.

Sugestões:

1. Estabelecer a mensagem que se quer passar, com clareza.
2. Usar uma estrutura e linguagem compatível com documentos congêneres de países avançados.
3. Contratar um redator/editor profissional para redigir um documento que comunique com clareza o que se quer comunicar.
4. Conduzir o processo com publicidade e transparência.
5. Não atropelar – é preferível fazer bem feito do que fazer correndo.

Fico à disposição para ajudar no que puder.

**NOTAS SOBRE O DOCUMENTO “Carta do Comitê Gestor
João Batista Araujo e Oliveira –
Parte 2
3 de janeiro de 2017**

1. Já havia recebido e comentado uma nota introdutória que me foi enviada em caráter sigiloso.
 2. Hoje, 3 de janeiro, recebi um email e um conjunto de anexos. Nesta nota respondo aos itens do email recebido hoje. Dei uma lida rápida, mas pareceu-me que, pelo menos em sua essência - a nota introdutória permanece igual . Portanto entendo que meus comentários feitos sob a primeira versão não tiveram acolhida.
 3. Os comentários de agora, em parte repetem o que fiz na nota anterior, para colocar em perspectiva minha intenção de colaborar, mas minha dificuldade em fazê-lo dentro do marco estabelecido pelo MEC. Faço-o com a liberdade de linguagem e a confiança de estar conversando com amigos, mas com a convicção de quem acredita no poder das ideias.
- Minha opinião – que não é só minha – é a de que o processo de encaminhamento do currículo, o que veio até aqui e o atual – é inadequado. Não é assim que se faz no resto do mundo. É preciso haver pessoas, nomes, responsáveis, debates diretos. Consulta pública e votos da arquibancada não valem nesse tipo de assunto. Há um processo, uma liturgia. Sem isso a instituição fica enfraquecida. Ao “validar” esse processo o MEC atual está compactuando com algo que não é consistente com a liturgia do processo. É o mesmo caso que ocorre com o PNE – que, além de inócuo, é economicamente inviável. Não é possível compactuar e convalidar esse tipo de processo – por mais “democrático e participativo” que pareça ter sido. Talvez seja possível encontrar uma forma de reconhecer o esforço anterior, mas apontar para suas limitações e retomar em novas bases – como deve ser.
 - A linguagem dos documentos que recebi hoje, especialmente os documentos genéricos, continua a mesma:
 - de um lado o discurso para justificar o que vem a seguir se baseia em leis e pareceres, nada se baseia em evidências, estado da arte, melhores práticas. O referente “lei” (ou “conquistas”) é muito pobre e inadequado, especialmente num país que precisa romper com um discurso pedagógico ultrapassado, ideológico e fracassado.
 - De outro lado permanece o vezo construtivista. O MEC não tem o direito de ignorar que o construtivismo epistemológico é uma ideia superada pela ciência, especialmente pela neurociência. E o construtivismo pedagógico é superado pelas evidências, em todo o mundo. Por que manter essa linguagem e esse discurso ultrapassado, equivocado e danoso? Quem ganha com isso?

- Faltam definições claras – especialmente sobre o que é uma “base curricular” e como isso difere de currículo. Há outros problemas de definição que já foram apontados no documento anterior.
- No documento introdutório o ensino perdeu sua centralidade – como eu já observei sobre o documento anterior. As habilidades cognitivas ocupam o mesmo nível, sem hierarquia, como frisa o documento. O MEC está se arvorando no direito de subverter a função histórica, tradicional e específica da escola. Nada contra as habilidades socioemocionais, mas não se pode colocá-las em patamar equivalente às habilidades cognitivas. Na outra nota mencionei Hanna Arendt.
- Um currículo sem autores fica sem autoria, e sem autoridade. A autoridade formal do MEC (ou mesmo do CNE) não se substituem a um processo em que pessoas de carne e osso, de efetivo conhecimento e experiência, assumem (ainda que com restrições) a autoria de um todo consistente. E é preciso que isso seja feito de forma pública, é como a mulher de César.

Dada minha restrição de princípio ao processo, não sei como ajudar, pois não acredito em processos secretos ou sigilosos neste campo, nem me convence a ideia de que o currículo tem que sair logo por causa de pressões. Não estamos em guerra ou em campos opostos, e entendo se o MEC continuar a trilhar os rumos definidos pelo governo anterior. Espero que não o faça, e lutarei até o último instante para que isso não ocorra.

Na próxima nota – que espero enviar até o dia 5 - irei comentar sobre cada um dos documentos específicos que me foram enviados.

Dito isso, estou às ordens, como sempre tive, para dialogar.